

ATA RESUMIDA
32ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA
DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT
Município de Porto Feliz – São Paulo - 29/04/2005.

Aberta a reunião pelo Sr. Cláudio Maffei Prefeito de Porto Feliz, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Valter Rodrigues, Dr. Luis Gustavo Vice Prefeito de Porto Feliz, e solicitou a composição da mesa diretora dos trabalhos com o Presidente do CBH-SMT Sr. Élbio Trevisan, Vice Presidente Sr. Wendell Wanderley, Secretária Executiva Sra. Rosângela César, e representando o Prefeito Jair Cassola do Município de Votorantim, Presidente do CERISO, Rubens Mesadre.

Em seguida o plenário ouviu a execução do Hino Nacional e do Hino do Município de Porto Feliz.

Exibição do vídeo “Monções a Luta da Descoberta - Porto Feliz, Porto de Partida das Grandes Expedições de Povoamentos”.

O Sr. Cláudio Maffei convidou a todos para estarem no Município de Porto Feliz, na 50ª. semana das monções em 13/10, e passou a palavra ao Presidente Élbio Trevisan, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, parabenizou a cidade de Porto Feliz em nome do Prefeito Sr. Cláudio Maffei, saudou todos os Prefeitos presentes em nome do Prefeito de Sorocaba Sr. Vitor Lippi, agradeceu a presença da Deputada Federal Yara Bernardes, convidou-a para compor a mesa e abriu o uso da palavra aos membros da mesa.

O Sr. Wendell Vice Presidente e representante da sociedade civil em questão de ordem apresentou proposta do Instituto Aruanda, “Presente na reunião da plenária da 32ª. reunião de 29/04/2005, cidade de Porto Feliz. Apresentação de considerações e mudanças de pauta e título, relacionados com o item Diretrizes e Critérios para

Distribuição de recursos do FEHIDRO destinado ao CBH-SMT para 2005. Segundo o documento distribuído digitalmente e que leva o nome, Aprova Diretrizes e Critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO destinado ao CBH-SMT para 2005 que leva o nome como assinante Rosângela, Secretária Executiva, Élbio Trevisan Presidente, Wendell vice Presidente. Apresentação. Considerando que o chamado convite para a 32ª. reunião no seu item 5 Diretrizes e Critérios Gerais para Hierarquização de pleitos para indicação de financiamentos recursos do FEHIDRO não está apresentada na forma de deliberação e pelo texto explícito e certo, se entende por uma informação determinada que sendo uma plenária de âmbito de discussão democrática e pelas formas e dispositivo que regem as leis específicas que criam os Comitês de bacia e a constituição federativa do Brasil, a questão deve ser tratada como deliberativa e que qualquer documento ao respeito deve ser caracterizado como proposta, cabendo também a possibilidade de apresentação de outras propostas ou encaminhamentos de emenda, posterior discussão e encaminhamento de votação. Sendo este assunto considerado como proposta ou estas tratadas como deliberativas, sendo o assunto em tratamento importante prioritário, devido aos prazos determinados pelo FEHIDRO. Considera-se que deve ser pautada na pauta 3 Deliberações e como subpauta seguinte as primeiras duas já pautadas. Pelo exposto solicita-se as seguintes mudanças, pauta 3. Deliberações, 3.1 Composição do colegiado 2005-2007, 3.2 Composição das Câmaras Técnicas e Grupos do CBH-SMT, 3.3 Apresentação para discussão da proposta da Câmara Técnica de Planejamento sob Diretrizes e critérios gerais para hierarquização de pleitos para indicação de financiamentos recursos do FEHIDRO. Para apresentação em plenária, discussão e incorporação da Ata da 32ª. reunião extraordinária. Eduardo Raccioppi, Aruanda Ambiente”. E o Sr. Eduardo Raccioppi, Aruanda Ambiente, complementou tratar-se de proposta de inversão de pauta. A Sra. Cida, representante da Sociedade Civil sugeriu, como todos os assuntos eram importantes, que fossem mais breves, posicionou-se contrária a mudança de pauta. A Sra. Rosângela César, Secretária Executiva esclareceu, ‘já foi feita a abertura, o

segundo item permanece, terceiro deliberações da composição do colegiado, Câmaras Técnicas, Conesam, CRH que não está na pauta, são só as indicações que foram feitas na reunião anterior e posteriormente a discussão para proposta para diretrizes e critérios do FEHIDRO, 4º. item, informes e encerramento”. Em votação pelo Sr. Presidente foi **aprovada** a permanência da pauta original. Com pedidos de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior no Município de Cesário Lange também foi **aprovada**. Entrando no item informes a Secretária Executiva comunicou sobre as deliberações do CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sobre o PERH- Plano Estadual de Recursos Hídricos, que indica as metas estratégicas para os PDC`s- Planos de Duração Continuada, com interferência nos critérios para obtenção dos recursos FEHIDRO, devendo assim os interesses da bacia estar contemplados nos PDC `s. Deliberou-se diretrizes e procedimentos para áreas de restrição e controle da captação e uso das águas subterrâneas em quantidade e qualidade. A investigação preliminar, para cada possível área teria custo de R\$ 270 mil. Disse que o aquífero Guarany na UGRHI 10, na bacia, era uma região vulnerável, sem restrições mas com certeza o plano de bacia, desenvolvido pelo IPT, indicaria estudos mais detalhados para a área. No uso da palavra o Sr. Marco Antonio Vieira Campo, Prefeito de Iperó acrescentou sobre a reunião no CRH, que foi eleito como membro com assento no Conselho, como suplente o Município de Taubaté, e os Municípios de Sertãozinho, Ilha Comprida, Ipaussu. E a Secretária Executiva informou que para o ano de 2005 os recursos do FEHIDRO para o Comitê totalizavam R\$ 2.546.000, com R\$ 1.490.000 o valor do ano, e a diferença referiam-se aos projetos cancelados. Informou que no *site* www.sigrh.sp.gov.br havia mais informações, documentações e o Manual de Procedimentos do FEHIDRO-2005, onde a Secretaria do FEHIDRO informou que deveria ser desconsiderado o parágrafo único do artigo 26.

Sr. Wendell passou aos informes da sociedade civil. Agradeceu a votação que recebeu por ocasião das eleições e destacou a grande quantidade de entidades cadastradas no Comitê, e solicitou que

realmente participassem, cuidando melhor da organização, articulação e reuniões no segmento. Na primeira reunião tiveram a apresentação de 16 representantes com as propostas: levantamento ambiental, realização do primeiro Fórum das Águas do Baixo Sorocaba em 23 e 24 de junho na Associação Comercial de Tatuí, com abertura, a confirmar, do Secretário Mauro Arce e palestras e debates de ONGs, SABESP, Secretaria Agricultura, Polícia Ambiental, DPRN, SENAC, DAEE, ESAU, CETESB. Solicitou o apoio do Comitê e dos sete Prefeitos envolvidos. Convidou todos para o campeonato da Assoc. Pta. de Canoagem, 14 e 15 de maio em Cerquilha com a parceria, há 10 anos, da Prefeitura Municipal e Icatu. Comunicou também que estudam o monitoramento da participação das entidades nas Assembléias, Câmaras Técnicas e GT's. Com relação ao Regimento Interno-RI apresentariam ao Comitê uma proposta de RI e também ao segmento, para as questões eleitorais. Houve também proposta de criação do Grupo Interativo, uma sala de 'bate-papo' da sociedade civil. Frisou que pouquíssimos projetos de educação ambiental tinham sido apresentados e solicitou à Secretaria uma reunião com Agente Técnico e Financeiro para auxiliar nos projetos. Estudam propostas para mudanças de critérios, diretrizes e planos de trabalho do FEHIDRO. Solicitaram e disse que já havia a divulgação dos resultados das reuniões, Câmaras Técnicas e GT's. E quanto ao plano de bacia, reuniram-se com o IPT para definição do questionário da sociedade civil e até 30/06 estaria encerrado o trabalho de coleta de dados. A Sra. Ruth Rodrigues Ayres de Araújo, Associação Ecológica São Francisco de Assis, convidou para festa de aniversário da cidade de Piedade, onde haveria um espaço para a Educação Ambiental. O Sr. Valdemir Antonio Rodrigues, Unesp, convidou para o Simpósio Manejo de Bacias Hidrográficas, sustentabilidade da água nas micros bacias, na Unesp Botucatu, de 18 a 20 de maio, com a presença de palestrante internacional. O Sr. Cícero, representando GOTA-Grupo Organizado Trabalhando para o Ambiente de Salto de Pirapora, compartilhou o informe da criação do Parque Ambiental, junto às margens do rio Pirapora com a cachoeira do rio Pirapora. O Sr. Eduardo, Instituto Aruanda,

informou a criação da rede de informações com os Municípios para divulgação dos produtos no mercado exterior. Os srs. Prefeitos deveriam receber o convite para cadastrar as empresas do Município. Formularam também um projeto aos integrantes e membros dos Municípios, capacitação técnica em recursos hídricos e saneamento, gerenciamento e controle de projetos e promoção da saúde e sustentabilidade sócio ambiental.

O Sr. Presidente prosseguiu os trabalhos com o item apresentações do plano de trabalho e informes das Câmaras Técnicas passando a palavra ao Sr. Kenji Yosida, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento CT-SAN, que informou da disponibilização do banco de dados, com mapa, GPS de pontos importantes como pontos de captação de água, lançamento de esgoto, ETEs, aterros, lixões e cooperativas de catadores. O trabalho continuaria com dados atuais confrontados com os do IBGE com visitas técnicas programadas aos Municípios. O trabalho detectou por exemplo problemas de contaminação de coliformes, tomaram a ação de incentivar parceria da Prefeitura de Ibiúna com a SABESP para solucionar o problema. Incentivaram troca de informações entre a SABESP e Vigilância Sanitária. Informou sobre o Seminário Saneamento e Saúde, em 12/05 na UNISO, onde haveria apresentação pela Secretaria da Saúde da resolução estadual 6505, sobre o controle de vigilância da qualidade da água para consumo humano. Propôs também a estimulação da coleta seletiva pelas Prefeituras e desenvolvimento de ações organizadoras preparando os catadores à atuarem em cooperativas de reciclagem. Nos Municípios onde havia coleta seletiva, capacitar os catadores para tornarem-se Agentes Ambientais. Propôs estudo de viabilidade de implantação de monitoramento hidrológico automático via telemetria no rio Sorocaba, com dados como, O.D oxigênio dissolvido, pH, temperatura, turbidez, condutividade, estudo de vazões, nível de água e pluviometria. Houve também a proposta de trabalho para bairros modelos, como em Ibiúna, bairros afastados da ETE convencional com esgoto a céu aberto, para realizarem acompanhando em parceira com a CETESB, com o licenciamento,

SABESP com um sistema de nova tecnologia para atender bairros afastados e acompanhar a implementação para se tornar modelo para os Municípios, a parceria conta com verbas do Governo Federal podendo ser implantada em outros Municípios também. Por último alertou sobre a necessidade de discutirem o problema da disposição adequada das embalagens de agrotóxicos, acompanhamento da evolução dos trabalhos do cadastro de irrigantes, participação das discussões do Conselho Estadual de Saneamento e participação das reuniões das demais Câmaras principalmente de a de Planejamento quando o assunto fosse correlato. A Sra. Cida em substituição à Coordenadora Jussara Carvalho, apresentou os planos de trabalho e informes da Unidade de Gerenciamento de Projetos. Sobre o plano de bacias tiveram reunião em 19/04 onde o IPT apresentou os trabalhos realizados, solicitaram maior agilidade. Teriam como tarefa acompanhar e coordenar os trabalhos, propuseram então orientar as Prefeituras que não adequaram seu plano diretor principalmente em uso e ocupação do solo de acordo com o Estatuto das Cidades, para que adequem seus planos, oferecendo materiais e fazendo palestras, mapas e dados. A Sra. Rosângela em substituição ao Coordenador Renato Alves, pelo Grupo de Trabalho Itupararanga apresentou os planos de trabalho e informes, acordaram que o GT ficaria apenas com o GT Itupararanga, pois o GT Comunicação só existiu por causa do plano de comunicação para os Municípios do entorno da bacia de Itupararanga e o plano havia terminado. Propuseram acompanhar projetos, cadastro de irrigantes, monitoramento de compostos orgânicos, modelagem hidrológica e hidrodinâmica, monitoramento liminológico, o centro de referência em Votorantim-CBA, e continuidade do projeto de educação ambiental. O Sr. Renato Alves, substituindo o Sr. Sílvio da Unesp de Botucatu apresentou os planos de trabalho e informes da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos– CT-PLAGRHI, que definiu : “O CBH-SMT no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 11 da deliberação do Comitê 04/95 que determina que as Câmaras Técnicas deverão elaborar anualmente um plano de trabalho mínimo compatível com o plano de bacia e

cronograma de trabalho do Comitê. Considerando a aprovação pelo plenário do plano de trabalho para 2005 da Câmara Técnica, delibera:

1º. Fica referendado o plano de trabalho para 2005 da Câmara Técnica Planejamento assim apresentado:

1º. Elaborar pareceres e relatórios técnicos sobre os assuntos pertinentes à bacia hidrográfica subsidiando as deliberações do Comitê. 2º. Acompanhar a elaboração do plano de bacia para a UGRHI 10, conforme orientação do CORHI. 3º. Realizar seminários, encontros técnicos que subsidiem as ações do Comitê. 4º. Estabelecer e aplicar critérios de seleção para distribuição dos recursos do FEHIDRO na área de atuação do Comitê. 5º.

Planejar a elaboração de um bando de dados de forma a subsidiar os pareceres e relatórios técnicos que sejam solicitados bem como ações do Comitê em conjunto com as demais Câmaras Técnicas. 6º. Estudar parâmetros e critérios para acompanhamento e avaliações de projetos contemplados com recursos do FEHIDRO. 7º. Desenvolver atividades relativas à implantação e regulamentação de UC na UGRHI 10. 8º. Propor e implementar Regimento Interno para o Comitê. 9º. Revisar o estatuto e as deliberações informativas do Comitê. 10º. Fazer articulações entre as Câmaras Técnicas. 11º. Avaliar e propor ações que visem a consolidação da Agência da Bacia". E reiterou "a proposta da Câmara Técnica é que haja a criação de um grupo para estudo do Regimento Interno, (...) propondo também que 4 faltas consecutivas ou 2 justificadas implique na substituição do membro, (...) o envio de documentos da Câmara Técnica para o colegiado e convidado, ou seja, tudo que vai ser deliberado a Câmara Técnica envia antecipadamente a todos os membros." Posto os itens em discussão pelo Presidente, o plenário debateu a questão do número de faltas, por exemplo a Sra. "Malu" disse que deveria ser aplicado quando não houvesse intercâmbio entre titular e suplente. Com relação a apresentação feita pelos representantes de Câmaras Técnicas, parabenizou os trabalhos e solicitou complementações: CT-SAN ao georeferenciar que recomendassem o plano de bacia, incluíssem para as Unidades de

Conservação da bacia. Conforme deliberação citada de restrição para captação de águas subterrâneas, havendo as áreas na bacia, eixo Jundiaí-Campinas região do aquífero Cristalino na APA Cabreuva-Jundiaí, Município de Itu subbacia do Monjolinho com contaminação nuclear e radioativa, em Botucatu região de recarga do aquífero Guarany, a CT-SAN deveria priorizar o acompanhamento da definição pelo CRH e dos Comitês das áreas de restrição. Com relação as Unidades de Monitoramento de qualidade das águas da CETESB, a Sra. Malu disponibilizou o *site* rededasaguas com todas as informações de qualidade ambiental da bacia segundo o recentemente relatório de qualidade de água para subsídios ao plano de bacia. Referente a UGP, ao trabalho do IPT, que colocassem em prática as agendas de discussão pública do plano de bacia, por exemplo, todo material entregue em condições de ser manejado e disponibilizado aos Municípios e membros do Comitê, inclusive no *site* rededasaguas conforme contrato, disse 'na leitura do documento do IPT, ele é mera reformatação do relatório zero, não trás muitos elementos novos, são as mesmas cartas, os mesmos conteúdos, e alguns erros de relatórios até de apresentação da história do desenvolvimento da nossa bacia. Temos uma grande história aqui do Médio Tietê como porta das Bandeiras, da Monções, e isso aparece infinitamente menor do que foi e dada a história para outras regiões do Estado, então está inadequado.' Sobre a apresentação Câmara Técnica-PLAGRHI colocou à disposição o *site* rededasaguas para fortalecimento principalmente da Agência da Bacia com intercâmbio com outras Agências. Comunicou também que enviam boletins dos trabalhos de todas as Câmaras Técnicas, e solicitou para a Secretaria Executiva atualização do sistema sigrh. Complementou disponibilizando no *site* rededasaguas espaço para os projetos FEHIDRO já concluídos com seus cronogramas e resultados. E ainda na apresentação dos trabalhos e informes pela Câmara Técnica Educação ambiental a Coordenadora Solange da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer SJEL- pelo segmento Estado, propôs inicialmente sobre o número de faltas, que enquanto as Câmaras Técnicas não tivessem seu próprio Regimento Interno, o critério fosse o aprovado pelo CRH,

normas gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas, estabelecendo que os representantes que faltassem a 3 reuniões consecutivas ou 5 alternadas no período de dois anos seriam excluídos. Sobre o plano de trabalho deu a conhecer a composição da Câmara Técnica, informou o calendário de reuniões, e que o objetivo primordial seria o aprimoramento e conhecimento da prática de educação ambiental, integração inter Câmaras. Agradeceu o *site* que foi colocado à disposição, o seminário, e a sugestão da rede interativa para comunicação. Colocou-se à disposição para auxiliar a CT-PLAGRHI nos critérios de pontuação sempre contemplando educação ambiental. Disse que deveriam manter sempre que possível as parcerias como aconteceram com a CBA, UNISO, Unesp, Secretarias do Estado, Poder Público. Produzir e difundir material educativo com maior divulgação do Comitê junto a população. Apoiar e incentivar ações nos Conselhos das APAS. Trabalhar junto com o Centro de Referência e Educação Ambiental a ser implantado, com a CBA, em Itupararanga. E disse dos instrumentos a serem utilizados, plano de bacia, no qual participariam dos capítulos importantes abrangendo educação ambiental, visitas às entidades, convênios com o CERISO, para continuidade do jornal e jornal virtual, critérios de pontuação junto à CT-PLAGRHI e principalmente acompanhamento de projetos contemplando educação ambiental, participação em eventos para que os Municípios continuassem recebendo o calendário de todos eventos da região, e aproveitassem para divulgar o Comitê. Finalizou ressaltando que na última reunião do CRH instituiu-se a Câmara Técnica de Educação Ambiental.

O Sr. Presidente solicitou a composição do grupo do Regimento Interno. A Sra. Malu disse que 'ou a Câmara entre seus membros indica um grupo para isso e o grupo se tiver necessidade convida por exemplo os advogados que fazem parte do colegiado e que não estão na Câmara, ou as que podem contribuir, ou o plenário indica além dos membros da Câmara. Minha proposta é que sejam os membros da própria Câmara Técnica.' O Sr. Eduardo propôs 'todas propostas a partir do início das discussões internas da Câmara

Técnica sobre esse RI e esse novo estatuto, porque é uma questão fundamental, não se pode fazer um RI e depois mudar o estatuto, o estatuto tem que ser primeiro e tem que ser reavaliado, um novo estatuto e a partir dele um RI, porque RI tem que obedecer um estatuto, (...) que a Câmara Técnica que vier produzir as informações, modificações, seja socializado a todos os membros e que os segmentos também encaminhem suas propostas para a Câmara Técnica, ela terá que divulgar e sociabilizar permanentemente e abrir a todos os segmentos.` Após considerações pelo plenário, posto em votação pelo Sr. Presidente ficou **aprovada** a proposta da Sra. Malu. A Secretária pediu esclarecimento sobre as propostas com relação às faltas e exclusão, posto em votação, foi **aprovada** a proposta da Sra. Solange.

A Secretária Executiva propôs como norma de procedimento das Câmaras Técnicas que os documentos elaborados pelas Câmaras Técnicas somente seriam disponibilizadas depois que o coordenador enviasse para a Secretária Executiva, e quando o Coordenador da Câmara Técnica enviasse à Secretaria, esta enviaria os documentos ao colegiado e convidados. Em votação, foi **aprovado**.

No item deliberações, a Secretária Executiva lembrou que na reunião anterior definiu pelo corpo diretivo do CBH-SMT, membros da Sociedade Civil, Estado e Municípios, composição das Câmaras Técnicas com a indicação para o Fórum Paulista do Comitê de Bacias Hidrográficas, Prefeito de Porto Feliz Cláudio Maffei, Wendell da Sociedade Civil e Jussara Lima de Carvalho pelo segmento Estado, para a composição do Conselho Estadual de Saneamento, Prefeito de Itu, Herculano Castilho, suplente Prefeito Carlos Aymar, representante junto ao CRH Prefeito de Iperó, Marco Antonio Vieira Campos e Prefeito de Botucatu, Antônio Mário de Paula Ielo, suplente. Submetido à votação foram **aprovados**.

O Sr. Renato apresentou as deliberações FEHIDRO : “Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO destinados a área do Comitê para 2005. O CBH-SMT considerando que a deliberação SMT 06/95 de 03.10.95 estabelece as diretrizes para gerenciamento dos recursos hídricos na bacia;

Considerando ainda que o plano de bacia ainda não se encontra pronto;

Considerando as conclusões do relatório de situação dos recursos hídricos da UGRHI 10 de 95 e 96;

Considerando os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), no sentido de definir critérios específicos para a alocação dos recursos financeiros do FEHIDRO, destinados à UGRHI 10 - Tietê/ Sorocaba, para 2005;

DELIBERA:

Artigo 1º - Ficam aprovadas as seguintes diretrizes gerais para a definição de prioridades de investimento com recursos do FEHIDRO:

I - promover a recuperação sanitária dos cursos d'água, através do tratamento dos esgotos urbanos, garantindo a melhoria da qualidade da água;

II - promover a adequada destinação dos resíduos sólidos urbanos;

III - promover a preservação e recuperação das áreas de mananciais de abastecimento com vistas à proteção dos mananciais atuais e futuros, recomendando-se, inclusive, o disciplinamento do uso e ocupação do solo;

IV - promover programas de recuperação de áreas críticas de erosão;

V - desenvolver estudos para a caracterização da situação atual e perspectivas futuras das bacias do Rio Sorocaba e Médio Tietê, subsidiando os Planos Diretores Municipais;

VI - privilegiar a elaboração e/ou atualização de planos diretores regionais, visando a proteção, preservação e/ou recuperação dos recursos hídricos;

VII - promover programas de educação ambiental;

VIII - destinar, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros, a projetos que objetivem o planejamento e a gestão da Bacia.

Parágrafo único do Inciso VIII: Caso estes projetos não sejam apresentados e aprovados pela CT-PLAGHRI, esses recursos serão destinados total ou parcialmente para aproveitamento em outros pleitos.

Artigo 2º - Poderão ser liberados para recebimento dos recursos financeiros a fundo perdido, os projetos, serviços e obras, que atendam estritamente o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH-SMT.

Artigo 3º - Para hierarquização dos investimentos relativos ao Programa de Duração Continuada nº 3 (PDC nº 3) do PERH, no que se refere ao desenvolvimento de projetos, e à implantação de obras de sistema de tratamento de esgotos, previstos no inciso I do artigo 1º desta deliberação, serão considerados prioritariamente:

I - o desenvolvimento de projetos para tratamento de efluentes de origem doméstica, e sistemas de afastamento a este vinculados;

II - municípios à montante e que preservem mananciais de abastecimento de água;

III - sistemas em fase de implantação, cujos recursos do FEHIDRO somados às contrapartidas oferecidas possibilitem a conclusão e início de operação dos sistemas de tratamento;

IV - maior população beneficiada e carga orgânica;

V - menor investimento "per capita".

Artigo 4° - Para a distribuição dos investimentos relativos à destinação de resíduos sólidos urbanos previstos no inciso II do artigo 1°, serão considerados:

I - o desenvolvimento de projetos executivos de sistemas de destinação;

II - implantação de obras;

III - municípios situados em bacias de drenagens de mananciais de abastecimento;

IV - população beneficiada.

Artigo 5° - Para a distribuição dos investimentos relativos aos estudos e projetos previstos nos incisos III e IV do artigo 1°, serão consideradas as seguintes informações:

I - Relativo a Estudos e Projetos para Preservação, Conservação e Recuperação dos Mananciais de Abastecimento Público:

1. condições físicas, químicas e biológicas dos mananciais;

2. população abastecida pelo manancial;

3. situação quanto à mata ciliar;

4. intervenções que resultem no incremento potencial da disponibilidade;

5. uso do solo na bacia de drenagem;

6. situação quanto ao assoreamento do manancial;

7. ocorrência de situações de emergência, comprometendo a saúde da população;

II - Relativo a Estudos e Projetos de Contenção e Prevenção de Erosão:

1. serão avaliados e considerados os estudos já elaborados em cada município.

Artigo 6° - Para a distribuição dos investimentos relativos a programas de educação ambiental, serão considerados os vínculos de tais programas com as prioridades já estabelecidas.

Artigo 7° - As exigências para seleção de propostas para utilização de recursos do FEHIDRO pelo CBH-SMT, bem como o recebimento dos recursos financeiros a fundo perdido, dos projetos, serviços e obras, serão aquelas estabelecidas no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH_SMT, atendidos ainda os seguintes requisitos:

I - número máximo de 1 (um) pleito por município, órgão ou entidade;

II - são exceções ao disposto no inciso I deste Artigo, os empreendimentos de caráter regional ou que privilegiem todos os municípios que integram o CBH-SMT, ficando delegado à CT-PLAGRHI, a definição de critérios para o enquadramento de empreendimentos nessa categoria, bem como sua seleção e priorização;

III - contrapartida mínima de 20% (vinte por cento) do valor global do empreendimento ou de acordo com o no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH-SMT;

IV - não ter pendências com o Agente Técnico e/ou Agente Financeiro;

V - apresentar valores de financiamento situados entre o piso de R\$ 30.000,00 e o teto de R\$ 180.000,00;

VI - ter apenas um projeto em andamento, com exceção prevista no inciso II deste artigo.

VII – o empreendimento não poderá contemplar, no custo da parcela a ser financiada pelo FEHIDRO, a aquisição de veículos de qualquer espécie.

Artigo 8º - Fica a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos– CTPLAGRHI, responsável pela avaliação dos projetos, elaboração das propostas de hierarquização e rateio dos investimentos, a serem encaminhados à plenária do CBH-SMT, para deliberação.

Artigo 9º - As diretrizes aprovadas por esta Deliberação, têm aplicação exclusiva para o montante dos recursos a serem distribuídos neste ano de 2005.

Artigo 10º - Para inscrição, análise e hierarquização de pedidos junto ao FEHIDRO, orçamento de 2005, da quota-parte do CBH-SMT, fica estabelecido o seguinte cronograma:

a) até 17 de junho de 2005 – inscrição de empreendimentos, na Secretaria Executiva do CBH-SMT, localizada à A. Américo de Carvalho, 820, Jardim Europa, Sorocaba, até 17 Hs.

b) até 01 de julho de 2005 – divulgação do resultado da análise dos pleitos na página www.sigrh.sp.gov.br;

c) até 8 de julho de 2005 – protocolo de recursos;

d) até 14 de julho de 2005 – divulgação dos resultados dos recursos na página www.sigrh.sp.gov.br.

Parágrafo único: Somente serão aceitas inscrições realizadas na Secretaria Executiva do CBH-SMT em documentos não-digitais.

Artigo 11º - Fica estabelecido o critério de pontuação a seguir:

1 - OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

1.1- Tratamento e/ou afastamento de esgotos e 5
Destinação de Lixo

1.2 - Preservação e Recuperação de Mananciais 4

1.3 - Educação Ambiental e Capacitação para Gerenciamento de Recursos Hídricos	4
1.4 - Recuperação de áreas críticas de erosão	2
2 - <u>POPULAÇÃO BENEFICIADA</u>	
2.1 - Toda a bacia	5
2.2 – Regional (Mais de um Município)	3
2.3 - 1 (um) Município	2
2.4 – Local	1
3- <u>TIPO DE EMPREENDIMENTO</u>	
3.1 – Projeto	5
3.2 - Obra ou Serviço	
3.2.1- continuidade de projeto do FEHIDRO	5
3.2.2 – implantação (sem projeto FEHIDRO)	4
3.2.3 - continuidade (sem projeto FEHIDRO)	3
3.3 - Educação, Capacitação e Treinamento	3
3.4 - Equipamentos para operação	1
4 - <u>LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</u>	
4.1 - em bacia de drenagem de manancial de abastecimento	3
5 - <u>CONTRAPARTIDA:</u>	
5.1- mais de 81%	5
5.2 -de 61% a 80%	4
5.3 - de 41 % a 60%	3
5.4 - de 26% a 40%	2
5.5 - mais de 20% até 25%	1

Artigo 12º-Os casos omissos devem ser objeto de análise e definição pela CT-PLAGRHI.

Artigo 13º-Poderão ser mantidos, pela SE/CBH-SMT, entendimentos com os solicitantes, no sentido de se promover eventuais alterações nos valores dos investimentos solicitados, tendo em vista

compatibilizar a hierarquização das solicitações com a disponibilidade dos recursos e a maximização dos benefícios.

Artigo 14º-Esta deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CBH-SMT“. E acrescentou ‘depois, em agosto, setembro, abrimos um novo processo, para aproveitamento dos recursos que sobrarem, caso sobrem’.

O plenário entrou em amplos debates sobre a matéria, o Sr. Francisco Mosquini, INEVAT, referente ao artigo 11º. item 2, população beneficiada, propôs que na elaboração do projeto ao invés de constar toda bacia constasse o território restrito beneficiado e também a população a qual se destina, de modo claro. A Sra. Malu, disse que a confusão entre população beneficiada e abrangência do projeto ficaria claramente resolvida utilizando população beneficiada e abrangência. Propôs manutenção do critério. A Sra. Rosângela disse que modificaram de atendida para beneficiada, justamente para contemplar. A Sra. Malu esclareceu que população abrangida, público alvo, número de pessoas, seria avaliado pelo Agente Técnico, estavam discutindo critério de hierarquização geral, apenas se houvesse empate na apresentação dos pleitos FEHIDRO. O Sr. Darci, Prefeito de Jumirim, solicitou inclusão para poços artesianos nos recursos FEHIDRO, como acertado na reunião de Boituva, sugerindo classificação com pontuação 3. O Sr. Renato lembrou que na reunião não chegaram a deliberar, mas foi citado porque havia na ocasião intenção de proibir tal solicitação para recursos. A Sra. Malu concordou, porque estariam dando o mesmo peso para um projeto de tratamento de efluentes e afastamento de esgoto, seria interessante incluir contemplando captação, reservação, regularização de outorga, no artigo 3º. o inciso 6º. ou novo artigo específico para projetos e obras de captação, reservação e utilização racional da água como prioridade para os recursos FEHIDRO e sendo prioridade que incluíssem no artigo 11º. inciso 1, objetivos, captação de águas. Em votação foi **aprovado**.

O Sr. Eduardo solicitou discussão e votação das seguintes propostas de emenda contributivas : emenda no art. 3º. inciso I,

eliminar 'e sistema de afastamento a este vinculado', justificativa: Contradiz-se ao Artigo 1.o. inciso I, já que o afastamento de esgotos não se caracteriza como tratamento e nem como recuperação e sim como um paliativo de transferência do contaminante a outra parte ou lugar. Induz à prática de um ato incorreto e desestimula condutas e critérios corretos. A Secretária Executiva disse 'a CT-PLAGRHI teve o cuidado de vincular a ETE com as obras de afastamento (...). Uma vez que os Municípios tenham o tratamento faz parte e é uma prioridade dos Municípios que possam levar o esgoto até a ETE, são obras vinculadas. (...) Em reunião na CT-PLAGRHI do CRH, esse item também foi defendido e mantido, a ETE junto com o sistema de afastamento.' propôs a manutenção da redação. Sendo posto em votação foi **aprovada** a manutenção da proposta original. O Sr. Eduardo solicitou para o artigo 7º. inciso 2, Eliminar: "ficando delegado à CT-PLAGRHI, a definição de critérios para o enquadramento de empreendimentos nessa categoria, bem como sua seleção e priorização", justificativa: Em princípio não se pode legitimar o que se poderia constituir num ato arbitrário. O requerente de qualquer coisa necessita estar informado de forma ampla sobre qualquer e todo processo onde caberá uma avaliação. Propôs 'explicitar quais são os critérios. Agregue quais são os critérios, ou seja, meia dúzia não pode resolver critérios quando pode haver vários pleiteantes de projetos. É questão de democracia.' O Sr. Renato disse que era só questão de leitura pela Câmara Técnica quando do projeto apresentado identificando, caráter do empreendimento regional ou privilegiando todos os Municípios. Propôs a manutenção. A Secretária complementou 'se alguém achar que algum projeto ou que a Câmara Técnica agiu de forma errada, no dia de apresentação dos projetos todos vão estar aqui para contemplar, mas no momento que a Câmara Técnica está analisando ela vai dizer, esse tem caráter regional, esse não tem...' Em votação pelo Sr. Presidente foi **aprovada** manutenção da proposta original. Foi solicitado ao Sr. Presidente na condução das votações inclusão de abstenções. Refeita a votação, foi **aprovada**, manutenção da proposta original, com quatro votos contrários/abstenções. O Sr. Eduardo solicitou no Artigo 10º.

agregar: e) “até 21 de julho de 2005, prazo de apresentação de recurso para encaminhamento à Plenária”, justificativa: O CBH/SMT, até hoje, não dispõe nem propicia condutas e mecanismos de consulta e informação recíprocos, como tampouco de mecanismos moderadores e conciliatórios, que facilitem o aprimoramento e a negociação de entendimentos. Sendo que o caráter de qualquer câmara é deliberativo consultivo e não determinante, a Plenária se constitui, hoje, como instrumento de instância de apelo e discussão. A Sra. Secretária defendeu a manutenção dos prazos, pela sua vinculação aos prazos da Secretaria do FEHIDRO, e baseado nas experiências anteriores. Em votação pelo Sr. Presidente foi **aprovada**, manutenção da proposta original, com quatro votos contrários, nenhuma abstenção. O Sr. Eduardo solicitou no Artigo 11, 1.3 mudar a pontuação: de 4 para 5, justificativa: No CBH/SMT desde sua fundação tem havido uma distribuição de recursos na área de Educação Ambiental considerada como baixa, apenas 7%, quando esta percentagem deveria ser no mínimo de 20. A Educação Ambiental foi consagrada como prioritária tanto na Agenda 21, como na Constituição e constituições Estaduais, leis nacionais, como nas discussões nos fóruns e âmbitos nacionais e internacionais. Especialmente nas resoluções recentes das Nações Unidas que criam “A Década da Educação Ambiental – 2005-2014” por, depois de pesquisas, discussões e constatações considerá-la como principal para a solução dos problemas sócio-ambientais atuais e futuros. O Sr. Renato disse que se tratava de questão bastante polêmica desde a criação do Comitê, a Câmara Técnica não questionava a importância da educação ambiental, mas em simulações dos números, identificaram no passado que muitos projetos apresentados a grande maioria tinham pontuação máxima sendo que não era prioridade número um do Comitê. Após amplos debates em plenário foi à votação, **aprovada** a proposta original, com seis votos contrários.

O Sr. Presidente colocou em discussão proposta de redação para a deliberação aprovada da proposta da Sra. Malu Ribeiro incluindo captação, que voltou a esclarecer ao plenário que ainda não havia

sido aprovada a redação, ela pedira a inclusão no artigo 11, objetivos, e entendia que a Câmara de Saneamento deveria discutir a posterior a proposta e hierarquizar, devolvendo à Câmara Técnica de Planejamento. Com a proposta inclusão no artigo 11 item 1.5 objetos “Captação, reservação e tratamento para abastecimento “. A Sra. Secretária Executiva e o Sr. Renato usaram a palavra para expressar as dificuldades de contemplar a proposta, por exemplo que não encaixaria em nenhum dos PDC’s no Plano. Debateram sobre a possibilidade no PDC 6, a Secretária disse que não se adequava à abastecimento público. Após amplos e acalorados debates no âmbito do plenário, a Sra. Malu retirou a proposta. O plenário solicitou a continuidade do tema, o Sr. Herculano Castilho Prefeito de Itu, disse que a discussão deveria ser regional, metade da bacia tinha possibilidades de captação de águas subterrâneas e a outra metade captação de águas superficiais, que deveria também ser contemplada. A Secretária explicou, concordando com o posicionamento, mas que o PDC era definido pelo CRH, não sendo o Comitê fórum para a discussão. Ainda lembrou que o Sr. Darci, Prefeito de Jumarim, solicitou inclusão para poço tubular profundo. A Sra. Malu chamou atenção que o plenário ao aprovar uma matéria deveria prestar bastante atenção no que estava sendo votando e que a Câmara Técnica deveria avaliar a proposta depois. Membros do plenário concordaram em delegar a atribuição à Câmara Técnica.

Concedida a palavra ao Sr. Eduardo para continuidade de sua última proposta solicitou agregar Artigo único: “Fica estabelecido o impedimento de participação, em todo seu contexto, de qualquer prática e/ou intervenção na avaliação de Projetos e Recursos a todo membro institucional jurídico e/ou seus representantes nomeados ou funcionais, sempre e quando a instituição for ou estiver envolvida direta e/ou indiretamente como tomador ou pleiteante de financiamento no âmbito do FEHIDRO. Justificativa: Princípios de conduta e de prática da ética e da moral. Em discussão no plenário, membros participantes da Câmara Técnica Planejamento disseram sentir-se prejudicados com a inclusão, tal consideração não havia sido colocada quando pleitearam a participação na Câmara, então

os demais Municípios componentes das Câmaras Técnicas seriam prejudicados. O Sr. Marcelo, SOS Mata Atlântica, entendeu que a proposta deveria ser objeto para o Regimento Interno. Sendo posto em votação, foi **aprovado**, manutenção da proposta original. O Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH-SMT colocou então **em votação a Deliberação CBH-SMT nº 167/05, de 29 de abril de 2005 que Aprova Diretrizes e Critérios para Distribuição dos Recursos do FEHIDRO destinados ao CBH-SMT para 2005, foi aprovada por unanimidade, somente com a ressalva a ser realizada pela Câmara Técnica de Planejamento.** O plenário aplaudiu.

No encerramento dos trabalhos ficou definida à posterior a escolha do Município sede da próxima reunião e o Sr. Antônio Mário de Paula Ielo, Prefeito de Botucatu disse que seu Município pleiteava a realização de uma futura reunião do Comitê, para tanto deveriam aguardar os entendimentos com o Comitê Gestor da APA de Botucatu. O Sr. Presidente passou a palavra ao Prefeito anfitrião, Sr. Cláudio Maffei, Prefeito de Porto Feliz, agradeceu a todos pela participação e disse que o Município de Porto Feliz estaria sempre de braços abertos a todos.

O Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH-SMT deu por cumprida a pauta do dia e encerrou a reunião sob os aplausos do plenário. Enquanto Secretária Executiva deste Comitê, realizei a minuta da presente Ata, segundo as laudas taquigráficas.